

Emendas indicam as prioridades

por Marcos Magalhães
de Brasília

Se o número de emendas apresentadas à Comissão Mista de Orçamento servir de indicativo de como o Congresso Nacional pretende redirecionar as verbas públicas, os ministros da Agricultura, Educação, Saúde e Transportes podem preparar-se para receber um reforço de caixa no ano que vem. Em compensação, a Presidência da República e o Ministério da Indústria e do Comércio estão ameaçados de sofrer um esvaziamento.

As conclusões são de uma pesquisa realizada pelo Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). A rubrica que mais recebeu propostas de cortes foi a da reserva de contingência, uma espécie de fundo do governo federal para qualquer emergência. Nada menos que 989 emendas sugerem a diminuição da quantia destinada à reserva, enquanto nenhuma emenda quer ver a rubrica mais bem dotada.

Com o Ministério dos Transportes, acontece o contrário: 449 emendas querem dirigir mais verbas à Pasta, ao passo que 144 se destinam a retirar recursos dela. O Ministério da Agricultura também é bem votado. Se apenas 72 emendas pregam cortes a seu orçamento, 444 são favoráveis a uma suplementação.

A Pasta da Educação foi beneficiada com a apresentação de 219 emendas fa-

voráveis a uma suplementação de verbas, contra apenas 46 emendas que sugerem cortes. Quadro oposto é o do Ministério da Indústria e do Comércio: existem apenas 48 emendas por mais verbas, contra 455 a favor do cancelamento de recursos.

DÍVIDAS

Ainda nesta sexta-feira, o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão, deve obter todos os dados sobre o montante das dívidas dos estados — tanto as externas quanto as internas — que contam com aval da União e a expectativa de receita dos governadores. De posse dessas informações e do relatório que será entregue até a próxima terça-feira pelo relator setorial, Gabriel pretende promover um amplo debate sobre a participação da União na rolagem desses compromissos.

A idéia é reunir em Brasília secretários estaduais da Fazenda, técnicos do governo federal e parlamentares, para discutir o assunto em termos menos emocionais e mais objetivos. A previsão das receitas estaduais servirá para aferir a capacidade dos governadores em pagar suas dívidas. E a junção dos compromissos externos com os internos servirá para avaliar como as dívidas afetam todos os estados, uma vez que apenas os mais ricos possuem dívidas no exterior. "Não importa se as dívidas foram contraídas em dólar, mas sim quanto os estados podem pagar", disse Gabriel.